

DO LATIFÚNDIO AO ALGORITMO: O AVANÇO DAS PLATAFORMAS DIGITAIS SOBRE TERRITÓRIOS DA REFORMA AGRÁRIA

Kauã Arruda Wiopplold ¹
Ane Carine Meurer ²

RESUMO

O avanço das plataformas digitais sobre o campo brasileiro expressa uma nova etapa da expansão do capitalismo, marcada pela fusão entre o agronegócio globalizado e as grandes corporações tecnológicas. Este artigo analisa como o colonialismo digital se manifesta em territórios da reforma agrária na região central do Rio Grande do Sul, transformando a produção, a comunicação e as relações socioterritoriais. Por meio de uma abordagem qualitativa, que incluiu revisão bibliográfica e entrevistas com assentados, dirigentes e técnicos do INCRA, buscou-se compreender de que modo a plataforma da agricultura e a coleta massiva de dados reforçam processos de dependência e novas formas de oligopólio. A análise demonstra que o monopólio digital reatualiza a lógica histórica do monopólio da terra, instaurando uma nova camada de exploração informacional que amplia a financeirização da vida rural. Conclui-se que a disputa pela soberania territorial no século XXI exige também a reivindicação da soberania digital e informacional, uma vez que o controle dos dados e da infraestrutura técnica constitui elemento central da dominação contemporânea.

Palavras-chave: Colonialismo Digital, Questão Agrária, Globalização, Plataformização da agricultura

ABSTRACT

The expansion of digital platforms over Brazilian rural areas represents a new stage of capitalist development, marked by the fusion between global agribusiness and major technology corporations. This article analyzes how digital colonialism manifests itself in land reform settlements in central Rio Grande do Sul, transforming production, communication, and socio-territorial relations. Through a qualitative approach, including bibliographic review and interviews with settlers, social movement leaders, and INCRA technicians, the study seeks to understand how agricultural platformization and massive data collection reinforce dependency and new forms of oligopoly. The analysis shows that the digital monopoly reconfigures the historical logic of land monopoly, establishing an informational layer of exploitation that intensifies the financialization of rural life. It concludes that the struggle for territorial sovereignty in the 21st century must also include the claim for digital and informational sovereignty, since the control of data and technical infrastructure has become a key element of contemporary domination.

Keywords: Digital Colonialism, Agrarian Question, Globalization, Agricultural Platformization.

¹ Doutorando do Programa de Pós-Graduação em Geografia na Universidade Federal de Santa Maria – RS, kaua1003@gmail.com.

² Docente do Programa de Pós-Graduação em Geografia na Universidade Federal de Santa Maria – RS, autorprincipal@email.com;

³ O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código de Financiamento 001.



INTRODUÇÃO

O capital se territorializa por meio da destruição de outros territórios, como é o caso dos espaços camponeses e indígenas. O processo de territorialização e desterritorialização gera conflitos socioterritoriais no campo, que se modificam conforme a conjuntura da questão agrária (FERNANDES, 2014). Para o autor, é fundamental compreender o território a partir das relações de poder do Estado ao capital. que, para Santos (2013), recriam suas ferramentas por meio do avanço técnico.

Essa forma de produção impacta diretamente os territórios e suas populações, reforçando as históricas desigualdades e a dependência econômica e tecnológica dos países periféricos em relação às potências imperialistas. O avanço das tecnologias digitais no campo tem reconfigurado profundamente os territórios rurais, alterando suas dinâmicas. Esse movimento pode ser compreendido como mais uma etapa da globalização, que, segundo Santos (2001), se dá de maneira perversa e desigual. Nesse contexto, evidenciam-se contradições que afetam o Sul Global, resultando em novas formas de mercantilização e financeirização da natureza.

Emerge uma questão que desafia o paradigma tradicional da questão agrária: a fusão entre o agronegócio globalizado e as grandes corporações tecnológicas as - Big Techs - que avançam sobre os territórios rurais por meio da coleta massiva de dados, insumo essencial para a plataformação da agricultura. A emergência de uma agricultura gerida por algoritmos e altamente dependente de tecnologias sofisticadas amplia as assimetrias de poder. Esse processo aprofunda a exploração do trabalho, da terra e dos recursos naturais, consolidando um capitalismo marcado pela financeirização e pela oligopolização (WIOPPOLD, 2023; KATO; LEITE, 2020).

Essa nova lógica de expansão do capital sobre o Sul Global se consolida no que Kwet (2021) denomina “colonialismo digital”, baseado no controle do *software*, do *hardware* e da infraestrutura de conectividade. A disputa por esses três pilares permite a penetração das plataformas digitais no campo. Para o autor, esse processo mina o desenvolvimento local, domina mercados, extrai dados e receitas, sobretudo por meio do domínio das estruturas digitais, possibilitando novas formas de controle. Assim, A financeirização da agricultura não apenas mercantiliza a terra, mas também os dados produzidos nela, transformando-os em commodities financeiras que alimentam mercados especulativos e reforçam desigualdades históricas.



Neste contexto, esta pesquisa busca, por meio de uma abordagem qualitativa, compreender como se expandem essas formas de exploração via tecnologias digitais no campo, com foco em áreas de assentamento da reforma agrária. O objetivo é entender como a ampliação da conectividade pode estar associada a novas formas de oligopólio sobre o campo, com impactos profundos na questão agrária e nas relações entre tecnologia e território.

METODOLOGIA

A pesquisa adotou uma abordagem qualitativa com o objetivo de analisar as transformações e contradições do fenômeno estudado. Segundo Gerhardt e Silveira (2009), essa abordagem reconhece o pesquisador como sujeito ativo no campo investigado — não apenas um observador passivo, mas alguém que interage, interpreta e influencia a realidade. Essa dinâmica exige reflexão crítica, alinhada à perspectiva dialética de que a realidade se constrói por meio de relações dinâmicas e conflituosas, em que fatores históricos, materiais e subjetivos se entrelaçam. Como destaca Lefebvre (2009), a dialética materialista não é um esquema abstrato, mas um movimento real, em que condições históricas, contradições materiais e subjetividades se articulam.

O objetivo foi examinar os efeitos do colonialismo digital sobre os territórios da reforma agrária e da agricultura familiar na região central do Rio Grande do Sul. Foram realizadas revisão bibliográfica, coleta de dados e 27 entrevistas semiestruturadas com assentados, dirigentes de movimentos sociais e técnicos do INCRA, visando compreender o avanço da plataformização do campo e as diferentes formas de extração de dados que impactam as relações de trabalho, produção, comunicação e a vida cotidiana. As entrevistas foram transcritas e analisadas à luz da análise de conteúdo, buscando identificar percepções sobre tecnologia, conectividade e a plataformização da agricultura nos assentamentos.

Com base nas contribuições da geografia crítica e nas formulações sobre a questão agrária, busca-se refletir sobre as possibilidades de resistência e de construção de alternativas que rompam com a lógica de dominação imposta pelas *Big Techs*. A partir de uma leitura que compreende o território como instância concreta e simbólica de poder, reconhece-se que a plataformização da agricultura não se restringe à dimensão técnica, mas reorganiza as formas de uso, controle e significação do espaço agrário.

REFERENCIAL TEÓRICO

O avanço tecnológico e a crescente influência das grandes corporações deste ramo estão transformando profundamente a organização social, econômica e política do mundo contemporâneo. Este processo na atualidade é realizado por empresas transnacionais do setor tecnológico, que muitas vezes possuem valores de mercado superiores ao de países desenvolvidos e são conhecidas como *Big Techs* – empresas consideradas as gigantes transnacionais do ramo da tecnologia. Neste contexto, a ciência geográfica assume um papel central para compreender as novas formas de dominação, apropriação e produção do espaço por novas dinâmicas.

Na conjuntura atual, as *Big Techs* se tornam a expressão do capitalismo contemporâneo, em que essas empresas transnacionais operam também sob a forma de agentes ideológicos (TRICONTINENTAL, 2021, p. 13). Assim, reforça o que Andrade (2008) já salientava que o avanço das tecnologias aumentam a renda das grandes empresas, acelerando um processo de degradação e destruição do meio ambiente. Essa realidade para Santos (2008) é em grande parte relativo às novas realidades da economia internacional, principalmente a partir de uma desigual difusão da tecnologia que provoca diferenças consideráveis na sociedade atual. Essa economia globalizada está pautada para Grohmann e Salvagni (2023, p. 30) por um binômio finanças-tecnologia, o qual de acordo com os autores cada vez mais cumprem um papel de alteração nas maneiras de trabalhar e se comunicar sob os mais diferentes espaços.

O processo em curso pode ser caracterizado por uma datatificação³ da sociedade, resultado de uma evolução tecnológica em que informações e fluxos digitais se tornam recursos estratégicos para a economia do século XXI. Essa transformação afeta tanto dimensões materiais - como terra, água, energia e minerais, quanto imateriais - modelagem estatística, vigilância, previsão e tomada de decisão. O território deixa de ser apenas um espaço físico para se tornar uma arena de poder político, econômico e cultural, mediado pelas chamadas plataformas digitais e seus algoritmos

A emergência do meio técnico-científico-informacional inaugurou um novo momento histórico do capitalismo e redefiniu profundamente o papel da ciência e da técnica na

³processo pelo qual aspectos da vida social, econômica e territorial passam a ser convertidos em dados quantificáveis, passíveis de coleta, processamento e monetização principalmente por plataformas digitais.



produção do espaço. A partir da virada informacional do final do século XX, o avanço das tecnologias digitais, das tecnologias emergentes e das redes de comunicação global passou a converter dimensões cada vez mais amplas da vida social em fluxos contínuos de informação. Esse processo, que se utiliza de uma datatificação do espaço e da sociedade, consiste na transformação de fenômenos sociais, ambientais e econômicos em dados, estes que, na atualidade são passíveis de coleta, processamento e monetização. Tal fenômeno não apenas reconfigura as formas de acumulação de capital, mas também altera o próprio modo como o espaço é conhecido, representado e administrado.

Autores como Couldry e Mejias (2018), Kwet (2019), Faustino e Lippold (2023), Silveira (2023) e Avelino (2024) mostram que o colonialismo tradicional ressurgiu sob novas formas de dominação e exploração, mediadas por tecnologias informacionais. O colonialismo de dados e o colonialismo digital constituem, portanto, as expressões contemporâneas dessa lógica, nas quais as *Big Techs* monopolizam a coleta e o processamento de dados, apropriando-se da vida social como recurso preditivo e produtivo. Para Zuboff (2021), vivemos a era do capitalismo de vigilância, em que toda experiência humana é convertida em dado informacional para acumulação. O discurso da neutralidade e da objetividade, criticado por Lacoste (1988) e pelos geógrafos críticos das décadas seguintes, pode ter semelhanças ao que Fernanda Bruno (2019) denomina de racionalidade algorítmica, que promete substituir o julgamento humano pela predição estatística e pela suposta eficiência das máquinas inteligentes.

O controle dos dados sobre o clima, o território, as populações, a agricultura e os recursos naturais, torna-se um instrumento de dominação e acumulação. Corporações transnacionais e Estados competem pela soberania informacional e pela propriedade das infraestruturas técnicas que sustentam o meio digital através de estruturas físicas, como exemplo: chips, cabos submarinos, satélites e data centers. Tal processo expressa o que Silveira (2023) denomina de colonialismo de dados, isto é, a apropriação extraterritorial da informação como recurso estratégico, reproduzindo, no plano digital, a lógica imperialista que historicamente estruturou o capitalismo global.

Assim, cabe a geografia também realizar suas formulações, como por exemplo através do campo da geografia agrária, a qual se torna fundamental, principalmente ao considerar como o espaço agrário brasileiro ilustra de forma concreta essa dinâmica. Historicamente marcado pela concentração fundiária e pela exclusão social, ele se converte hoje em território de disputa informacional. A “Revolução Verde” inaugurou a tecnificação do campo e a dependência de máquinas, insumos e sementes controlados por grandes corporações



(SANTOS, 2001). Agora, essa dependência se expande com a digitalização da agricultura e a entrada das *Big Techs* e *AgTechs*, que coletam e processam dados para predições sobre plantio, crédito e mercado (GRAIN, 2021).

Essa nova etapa reconfigura a questão agrária: compreendida por Wioppiold (2023) como uma fase que parte do monopólio da terra ao monopólio digital, a luta camponesa passa a envolver também a disputa pela soberania tecnológica e informacional. Os conflitos agrários na atualidade, portanto, são atravessados pelas questões do uso da terra, da energia e da água, mas também pela captura e controle dos fluxos de informação. O colonialismo digital se manifesta como uma forma ampliada de dominação, na qual as plataformas e corporações tecnológicas concentram poder sobre a infraestrutura, os dados e os processos produtivos, redefinindo a organização do espaço agrário e subordinando-o às lógicas do capital global. Essa dinâmica evidencia que o controle informacional se torna elemento central da nova fase do capitalismo, reproduzindo, sob novas bases técnicas, as mesmas estruturas históricas de dependência e expropriação.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

O cenário que se configura é o de uma aliança entre setores do capital com o objetivo de ampliar o oligopólio e a financeirização sobre o campo brasileiro, utilizando a coleta de dados para intensificar o controle sobre a terra e a produção. O oligopólio fundiário se articula ao oligopólio digital, desenvolvendo ferramentas que coletam e processam dados transformados em ativos estratégicos. Essas empresas se expandem sobre áreas de agricultura familiar e assentamentos da reforma agrária por meio da introdução de aplicativos e plataformas para gestão da produção, comercialização de insumos e serviços diversos. No entanto, a insuficiência de infraestrutura de conectividade ainda é o principal entrave para a expansão dessas plataformas.

O monopólio digital que já se manifesta de forma consolidada nas áreas urbanas, também avança sobre os assentamentos rurais. A pesquisa de campo analisada por Wioppiold (2023), em assentamentos no município de Jóia, no Rio Grande do Sul, aponta que, embora a infraestrutura de produção e o uso de plataformas do agronegócio ainda sejam limitados, a colonização digital já é acentuada em outras esferas, principalmente, na questão da comunicação e a educação. Os computadores e as ferramentas digitais, que inicialmente melhoram a realidade das famílias assentadas, são, em sua maioria, de propriedade de



empresas como Microsoft, Google e Meta, ou seja, das *Big Techs*, o que reforça o oligopólio sobre o *software* e *hardware*.

O impacto dessa colonização se estende também aos dispositivos eletrônicos e seus aplicativos. As escolas do campo se torna um exemplo, pois, através das secretarias estaduais de educação, ocorre a distribuição de computadores portáteis e o uso de programas da Google, que evidenciam como o colonialismo digital também está presente em espaços essenciais para a formação social, como a educação (WIOPPOLD, 2023).

No Rio Grande do Sul, o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) tem firmado parcerias com universidades para ampliar a conectividade em escolas de assentamentos, por meio da empresa Starlink, de Elon Musk. Entrevistas com representantes do INCRA e assentados revelam que, apesar das contradições reconhecidas nessas parcerias com empresas como a Starlink, a expansão da conectividade é vista como necessária. A hegemonia do discurso do progresso associado à conectividade torna a inserção nessa lógica quase inevitável, especialmente diante da ausência de alternativas concretas.

No caso da produção, visualizou-se a expansão de empresas do agronegócio, que fornece aplicativos de maneira gratuita aos agricultores, permitindo adquirir insumos e realizar a venda da produção, fornecendo diversos dados relativos a produção e a características da propriedade junto aos aplicativos. Isso permite que empresas consolidadas no ramo da tecnologia se unem a empresas do ramo do agronegócio investindo massivamente para competir no mercado de coleta e manipulação de dados. Assim, novas formas de exploração geram ainda mais desigualdade no campo, com base em um problema histórico que é o monopólio da terra.

O caso mais expressivo é o emprego do aplicativo desenvolvido pela empresa do agronegócio *3Tentos*, utilizado por produtores de soja no assentamento. Por meio dessa plataforma digital, os agricultores realizam tanto a aquisição de sementes e insumos quanto a comercialização de sua produção. O incentivo à adesão ao aplicativo ocorre mediante um sistema de *cashback* - mecanismo de fidelização baseado na restituição de parte do valor gasto em forma de créditos ou pontos, que podem ser posteriormente convertidos em produtos ou benefícios dentro da própria plataforma. Assim, quanto mais o usuário realiza transações pelo aplicativo, mais pontos acumula para utilização em uma loja virtual vinculada, que oferece desde eletrodomésticos e aparelhos celulares até uma diversidade de outros bens de consumo.

Essa dinâmica de coleta e processamento de dados mostra-se central para a consolidação de um novo regime de exploração, que, assentado sobre a histórica desigualdade



decorrente da concentração fundiária, incorpora uma dimensão adicional: a exploração informacional. Parte desses dados é destinada ao aprimoramento dos serviços, enquanto o excedente, o denominado *superávit comportamental*, alimenta sistemas de inteligência artificial e converte-se em valor econômico (ZUBOFF, 2021; GANDOLF, 2021).

A expansão das *Big Techs* expressa, conforme Avelino (2024), uma estratégia contínua de apropriação territorial que se realiza pela mediação técnica e informacional. O desenvolvimento de ferramentas, serviços e plataformas digitais não apenas redefine as formas de uso e controle do espaço, mas também instaura um regime de dependência sistêmica, em que os sujeitos tornam-se capturados por circuitos de dados que retroalimentam a acumulação e o poder corporativo.

Esta pesquisa evidencia que a questão agrária no Brasil, longe de representar uma permanência anacrônica, é reconfigurada nas condições contemporâneas do colonialismo digital, que articula novas formas de subordinação territorial e cognitiva. Tal colonialismo opera simultaneamente na dimensão imaterial, por meio da extração, circulação e valorização dos dados, e na dimensão social, pela reestruturação das práticas produtivas, dos vínculos de trabalho e das mediações técnicas que condicionam a vida nos territórios rurais.

A análise da introdução de tecnologias em assentamentos reforça a ideia de Santos (2001) de que a tecnologia é mais aceita do que compreendida. Embora sua expansão traga melhorias nas condições de vida, os impactos negativos tendem a ser pouco questionados, revelando um fenômeno que pode ser interpretado como alienação tecnológica, ou seja, a estrangeirização de tecnologias sem controle, apropriação ou compreensão crítica por parte dos sujeitos sociais que as utilizam. Diante disso, é fundamental que os movimentos sociais desenvolvam suas próprias ferramentas tecnológicas, orientadas ao desenvolvimento sustentável dos territórios e a soberania, e que não se baseiem na extração de dados como forma de manutenção da hegemonia do capital.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Controlar dados, infraestrutura e mídias digitais significa controlar o debate cultural e político e, atualmente, esse controle está concentrado nas mãos de bilionários cujos interesses frequentemente se contrapõem à soberania nacional e à democracia. Ao entregar dados dos territórios e de sua produção agrícola a empresas estrangeiras, o Brasil se torna refém de uma guerra tecnológica. A resposta a essa situação não deve ser a negação do progresso, mas sua disputa: é necessário investir em infraestrutura pública, regulamentar e tributar os monopólios



digitais e, sobretudo, reconhecer que os dados são ativos estratégicos na era digital. Quem os controla, detém poder.

A infraestrutura digital deve ser tratada como uma questão estratégica nacional. É imperativo que os movimentos socioterritoriais se insiram nesse debate, pois sua atuação é essencial para a defesa da soberania dos povos. Ignorar o avanço do colonialismo digital sobre o campo significa abdicar de um espaço crucial de disputa política e econômica. O modelo atual de desenvolvimento rural precisa estar articulado à soberania digital.

No futuro, a evolução tecnológica na agricultura, especialmente por meio da plataformização, intensificará a gestão e a centralização dos dados das propriedades rurais. Quem controlar o maior volume de dados poderá desenvolver soluções mais eficazes e econômicas, aumentando seu poder de mercado. Contudo, esse avanço tende a aprofundar a exclusão dos camponeses, impulsionando um novo ciclo de mecanização que pouco considera o desenvolvimento sustentável dos territórios. Assim, a expansão tecnológica reafirma a lógica do capitalismo no campo, ampliando seus domínios e intensificando a concentração de poder e riqueza, em prejuízo das populações tradicionais.

Dessa forma, observa-se uma nova dinâmica do modo de produção capitalista que avança sobre a questão agrária. A extração de uma nova matéria-prima - os dados - ocorre muitas vezes sem conflitualidade visível, promovendo um colonialismo digital que opera por meio de infraestruturas tecnológicas alheias aos interesses dos territórios onde atuam. Isso resulta em novos modelos de financeirização da terra e na consolidação de oligopólios digitais, cuja presença será cada vez mais determinante para o desenvolvimento rural contemporâneo.

A partir dessa revisão, argumenta-se que o colonialismo digital constitui uma nova etapa da questão agrária, em que o oligopólio da terra se converte em oligopólio digital. Se, historicamente, a dominação se materializava na posse e disputa pela terra, hoje ela se reconfigura também na apropriação dos fluxos informacionais, da infraestrutura tecnológica e dos dados produzidos no campo. Essa passagem do latifúndio ao algoritmo expressa a permanência da lógica concentradora do capital, agora mediada por tecnologias de gestão e vigilância que condicionam o trabalho, a produção e as próprias dinâmicas territoriais.

Por fim, essa nova fase do meio técnico-científico-informacional impõe à Geografia o desafio de pensar uma nova forma de soberania, não apenas territorial, mas também digital e informacional. Se o território continua sendo o fundamento da existência social, o controle dos dados se tornou mais uma nova fronteira. Reivindicar a soberania dos dados, sobretudo no Sul Global, é reivindicar o direito de produzir e interpretar o espaço segundo as

necessidades e experiências dos povos. Nesse projeto, a Geografia deve se colocar como ciência da emancipação, comprometida com a construção de um espaço técnico-científico-informacional voltado para a vida, a solidariedade e o bem comum.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, M. C. de. Geografia: ciência da sociedade. Recife: **Ed. Universitária da UFPE**, 2008.

AVELINO, R. Colonialismo digital: tecnologias de rastreamento online e a economia informacional. 1. ed. São Paulo: **Alameda**, 2023.

BRUNO, F. Tecnopolítica, racionalidade algorítmica e mundo como laboratório. Entrevista com Fernanda Bruno. **Instituto Humanitas Unisinos – IHU**, São Leopoldo, 02 nov. 2019. Disponível em: <https://www.ihu.unisinos.br/78-noticias/594012-tecnopolitica-racionalidade-algoritmica-e-mundo-como-laboratorio-entrevista-com-fernanda-bruno>. Acesso em: 10 out. 2025.

COULDRY, N.; MEJIAS, U. A. Data Colonialism: Rethinking Big Data's Relation to the Contemporary Subject. **Sage Journals**, set. 2018.

FAUSTINO, D.; LIPPOLD, W. Colonialismo digital: por uma crítica hacker-fanoniana. 1. ed. São Paulo: **Boitempo**, 2023.

FERNANDES, B. M. Questão agrária e capitalismo: o debate paradigmático de modelos de desenvolvimento para o campo. In: Questão Agrária e Desigualdades no Brasil. **ABRA**, ano 35, v. 1, n. 2, 2014.

GANDOLF, V. E. Localização de algoritmos de inteligência artificial da Microsoft no Brasil: reflexões, dataficação e colonialismo. In: SOUZA, J.; SILVEIRA, S. A. (org.). Colonialismo de dados: como opera a trincheira algorítmica na guerra neoliberal. São Paulo: **Autonomia Literária**, 2021. p. 169–186.

GERHARDT, T. E.; SILVEIRA, D. T. (org.). Métodos de pesquisa. Porto Alegre: **Editora da UFRGS**, 2009.

GRAIN. Controle digital: a entrada das Big Techs na produção de alimentos e na agricultura (e o que isso significa). 2021. Disponível em: <https://grain.org/en/article/6604-controle-digital-a-entrada-das-big-techs-na-producao-de-alimentos-e-na-agricultura-e-o-que-isso-significa>. Acesso em: 10 out. 2025.

GROHMANN, R.; SALVAGNI, J. R. Trabalho por plataformas digitais: do aprofundamento da precarização à busca por alternativas. São Paulo: **Serviço Social do Comércio – Administração Regional no Estado de São Paulo**, 2023. 183 p.

KATO, K. Y. M.; LEITE, S. P. Land grabbing, financeirização da agricultura e mercado de terras: velhas e novas dimensões da questão agrária no Brasil. **Revista da ANPEGE**, v. 16, n. 29, p. 458–489, 2020.

KWET, M. Digital colonialism: US empire and the new imperialism in the Global South. **Race & Class**, v. 60, n. 4, p. 3–26, 2021.

LACOSTE, Y. A geografia: isso serve, em primeiro lugar, para fazer a guerra. Tradução: Maria Cecília França. Campinas, SP: **Papirus**, 1988.



ENANPEGE

XVI Encontro Nacional de Pós-Graduação e
Pesquisa em Geografia

LEFEBVRE, H. O marxismo. Tradução de Álvaro Cabral. Rio de Janeiro: **Paz e Terra**, 2009.

SANTOS, M. Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal. Rio de Janeiro: **Record**, 2001.

SANTOS, M. Por uma geografia nova. São Paulo: **Edusp**, 2008.

SANTOS, M. Técnica, espaço, tempo: globalização e meio técnico-científico. 8. ed. São Paulo: **Editora da USP**, 2013.

SILVEIRA, S. A. da. A hipótese do colonialismo de dados e o neoliberalismo. In: CASSIANO, J. F.; SOUZA, J.; SILVEIRA, S. A. da (org.). Colonialismo de dados: como opera a trincheira algorítmica na guerra neoliberal. São Paulo: **Autonomia Literária**, 2021. p. 33–52.

TRICONTINENTAL. Big Techs e os desafios atuais para a luta de classes. Dossiê n. 46. **Instituto Tricontinental de Pesquisa Social**, 2021.

WIOPIOLD, K. A. Do monopólio da terra ao monopólio digital: uma análise do colonialismo digital e de dados em área de assentamento da reforma agrária. **Dissertação (Mestrado em Geografia)** – Centro de Ciências Naturais e Exatas, Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2023. 98 p.

ZUBOFF, S. A era do capitalismo de vigilância: a luta por um futuro humano na nova fronteira do poder. 1. ed. Rio de Janeiro: **Intrínseca**, 2020. 800 p.